

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Habitação do Estado do Pará – Cohab/PA é uma Sociedade Anônima de Economia Mista e de Capital Fechado, com sede e foro na cidade de Belém/PA, Passagem Gama Malcher nº 361, Bairro Souza, CEP 66.615-000, registrada no CNPJ n.º 04.887.055/0001-16 e NIRE nº 15300006538, tendo como controlador o Governo do Estado.

Seus objetivos principais são:

- ✓ A formulação, coordenação e execução do Plano Estadual de Habitação de interesse Social do Estado, priorizando os programas de habitação de interesse social;
- ✓ A Participação da sociedade civil organizada nas etapas de formulação, decisão e controle dessa política;
- ✓ Elaboração de estudos e pesquisas que resultem na consolidação da Política Habitacional do Estado;
- ✓ A promoção da regularização Fundiária de assentamentos precários, loteamentos e parcelamentos irregulares;
- ✓ O desenvolvimento de programas e projetos habitacionais que contemplem estratégias de participação comunitária e estimulem a geração de emprego e renda.

2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com a Legislação pertinente e suas alterações (Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e pela MP 449/08, Lei 11.941/2009).

Atenderam-se os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 26, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e em consonância das *International Financial Reporting Standard* - IFRS.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- 3.1** O Regime Contábil adotado é pelo Princípio da Competência;
- 3.2** A classificação no Circulante e Não Circulante, Ativo e Passivo, obedecem à Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08, bem como aos Pronunciamentos Técnicos – CPC’s;
- 3.3** As Prestações a Receber por Vendas Compromissadas se referem aos saldos a receber de mutuários adquirentes de unidades habitacionais registrados pela sua atualização monetária ajustadas ao valor presente. O critério que segue para a Contabilização é pela expectativa dos valores em recebimentos e já vencidos e prescritos são registrados no ativo não circulante (longo prazo) e parte do ano calendário seguinte são transferidos para o ativo circulante (curto prazo);
- 3.4** Estoques de Imóveis para Comercialização são mensurados pelo seu custo de produção e também pela sua atualização monetária com o ajuste a valor presente dos Estoques, e compreendem unidades disponíveis para comercialização, e são ajustados ao seu valor de realização líquido;
- 3.5** O FCVS a Receber corresponde ao Fundo de Compensação de Variações Salariais ajustados ao seu valor presente, com os saldos das atualizações sendo registradas em “Receitas Diferidas” da Base de Cálculo para Fins Tributários. Os registros contábeis atendem as disposições contidas da Lei 10.150, de 21 de dezembro de 2000;
- 3.6** Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição e atualizados monetariamente com observância nas informações fornecidas pelas empresas detentoras dos deveres e o imobilizado encontra-se registrado pelo custo de aquisição e atualização de ajuste a valor Presente, sendo reduzido da respectiva depreciação que é calculada pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais:

Descrição	%
Imóveis de Uso – Edificações	4
Sistemas de Transportes e Processamento de Dados	20
Demais itens	10

- 3.7** As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os seus encargos e as atualizações monetárias, quando aplicáveis;

3.8 O Regime Tributário da COHAB trata-se do Lucro Real Anual por Estimativas Mensais, no qual o Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$ 240 mil para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para a CSLL, considerando-se também a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

3.9 Com base no CPC 07, a empresa adotou como forma de contabilização para as Subvenções de Investimentos a Conta “Adoção do CPC 07 - Receitas Diferidas” no Passivo e no Ativo, as Contas de Repasses de Subvenções para Investimentos e Custeios, para que seja realizado o confronto no mês de competência da despesa.

4 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DE RECURSOS PRÓPRIOS (Circulante)

Referem-se aos depósitos bancários e aplicações financeiras, de recursos próprios da companhia, oriundos da arrecadação própria mensal e de recursos recebidos da Novação de Créditos Imobiliários - FCVS, depositados na contas correntes abertas nos bancos Banpará, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

Descrição	2023	2022
Caixa Econômica Federal – CAIXA	738	846
Banco do Estado do Pará – BANPARÁ	22.483	19.644
Banco do Brasil	5	5
TOTAL	23.226	20.495

5 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DE RECURSOS DE CONTRATOS (Circulante)

Referem-se a valores recebidos de repasses do Governo Federal e contrapartidas do Estado oriundos de contratos firmados entre a Companhia e outras entidades, para pagamento de obras, depositados nas contas correntes vinculadas aos contratos relacionados à Nota 17.

Descrição	2023	2022
Caixa Econômica Federal – CAIXA	2.188	1.305
Banco do Estado do Pará – BANPARA.	44	27
TOTAL	2.232	1.332

6 PRESTAÇÕES A RECEBER POR VENDAS COMPROMISSADAS (Circulante e Não Circulante)

- 6.1** Os saldos apresentados nos exercícios referem-se a saldos residuais de contratos ativos e das prestações em atraso renegociadas, referentes aos contratos de financiamentos de unidades habitacionais e de lotes urbanizados, acrescidos de atualização monetária, ajustados a valor presente, de acordo com as cláusulas contratuais por mutuários, em conformidade com a expectativa dos Recebimentos, prevista para o Ano Calendário Seguinte, realiza-se a divisão de valores registrados no Curto Prazo e Longo Prazo.
- 6.2** Desde 2022, após Ressalva da Auditoria Independente e devidas revisões técnicas, a COHAB/PA alterou o a forma de evidenciação dos **Créditos de Liquidação Duvidosa** no Balanço Patrimonial, e iniciou-se pela utilização do critério adotado no **Instituto da Prescrição, com base no art. 206 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002** - Código Civil Brasileiro, no qual, os saldos foram reavaliados através dos vencimentos das prestações não pagas por mais de cinco (05) anos, subdivididos por empreendimento.
- 6.3** Com o presente uso da Metodologia, os Saldos a Receber diminuem gradativamente as prestações a receber dos mutuários, reajustando-se pelos valores que prescreveram ao longo do Ano Corrente, somando-se o montante de R\$ 347 prescritos em 2023 (em milhares de reais), registrado na conta Redutora do **Ativo de Provisão de Crédito de Liquidação duvidosa**.

Descrição	2023	2022
Prestações de Mutuários – Diversos Programas	19.026	19.541
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	13.989	13.642
TOTAL	5.037	5.899
Classificado no Ativo:		
Circulante	379	457
Não Circulante	4.658	5.442

7 CRÉDITOS A RECEBER DO ESTADO E CONVÊNIOS (Circulante)

7.1 CONVÊNIOS FIRMADOS

O Registro dos Créditos a Receber do Estado e de Convênios é apreciado no Balanço mediante os recursos de Convênios do qual estão em realização, como o caso dos Recursos Recebidos de

Demanda Parlamentar para atendimento do Conv. 02/2022 – SEHAB Ananindeua, e aguarda prestação de contas para finalização do Saldo em questão.

7.2 CRÉDITOS DO ESTADO

Conjuntamente aos Recursos do Convênio, Registram-se os recursos pertinentes a adoção dos Critérios para o Deferimento de Receitas e o devido controle das Subvenções a Receber, para o confronto com as Despesas, em consonância com as instruções presentes no CPC 07 (R1).

8 IMPOSTOS A RECUPERAR (Circulante)

8.1 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Registraram-se os valores relativos às Estimativas Mensais e Anuais de IRPJ e CSLL, decorrentes do regime de tributação Adotado pela COHAB/PA, como sendo o Lucro Real Anual com Base em Estimativas Mensais, no qual aguardam a sua Recuperação mediante a Compensação ou Restituição, calculados com base na Nota **3.8**.

No ano de 2023, houve a prescrição de Créditos de IRPJ e CSLL, dos quais não se pôde ser solicitados a compensação por tratar-se de valores pagos em Parcelamento, tratados na **Nota 23**.

8.2 PIS E COFINS

Registram-se também os Créditos de PIS e COFINS do Regime Não Cumulativo, adotados pela Companhia, para compensação em períodos Futuros nos quais ocorram lançamentos a Recolher de Tributos com esta Natureza, controlados em Sistema Gerencial de Tributos, no qual aguarda o recebimento de demais Recursos a Receber, tais como os do **Fundo de Compensação de variações Salariais – FCVS**, descritos na **Nota 10.1**, e compreendem valores Suspensos da Base de Cálculo, para serem compensados mediante o reconhecimento da Receita e a Compensação dos Créditos para abatimento dos Débitos em questão.

No presente ano de 2023, houve a prescrição de Créditos não utilizados de PIS e COFINS, tratados na **Nota 23**.

9 OUTRAS CONTAS A RECEBER (Circulante)

Compreendem-se os valores registrados a título de Adiantamento de Despesas, tais como Adiantamentos de Férias e de 13º Salário, além de outras obrigações que aguardam a sua compensação de Despesas, para manutenção do princípio da Competência da Entidade.

10 BENS IMÓVEIS DISPONÍVEIS PARA COMERCIALIZAÇÃO (Não Circulante)

10.1 DOS ESTOQUES DE IMÓVEIS PARA COMERCIALIZAÇÃO

Registram-se nesta conta o total de 915 imóveis disponíveis para processo de comercialização, ao qual se encontram para atos de início de processo, permanecendo no grupo de Ativo Não Circulante, controlados pela Célula Patrimonial da COHAB/Pa.

O montante deste grupo é de, em milhares de reais, **R\$ 6.528**, e reclassificam-se para o grupo de Prestações a Receber depois de findado o processo de Comercialização, e com o registro formalizado dentro do SCCI, **há neste grupo a provisão de Liquidação Duvidosa**, com critério Inalterado, com valor, em milhares de reais, de **R\$ 2.527**, reduzindo o saldo desta conta.

10.2 DOS TERRENOS PARA COMERCIALIZAÇÃO

Em relação aos Terrenos disponíveis para as Comercializações, encontram-se registrados grupos de contas pertinentes aos Terrenos do “Guajará” e “Santa Maria do Pará”, ambos com a provisão para Perdas relacionando o valor completo dos imóveis ora registrados, reconhecidos como registro histórico de possível invasão, com perspectiva de regularização por parte da COHAB/PA, mantidos, portanto, como Ativo desta Companhia até o findar de sua regularização.

Registrado, pela sua observância, o Terreno do “**José Homobono III**”, regularizado já com através do reconhecimento em 08 de Julho de 2016, após Desapropriação de Área em Favor da COHAB/Pa, conforme Certidão de Imóveis do 1º Ofício Cleto Moura, e Reavaliado por Laudo da SEDOP, totalizando o montante, em milhares de reais, **R\$ 7.554**.

11 FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS – FCVS A RECEBER (Não Circulante)

11.1 DA CRIAÇÃO E FINALIDADE

O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, é um fundo de natureza contábil criado pela Resolução nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do Banco Nacional de Habitação – BNH, ratificado pela lei nº 9.443, de 14 de março de 1997.

Dentre as suas finalidades, destaca-se de responder pelo ressarcimento dos descontos e resíduos decorrentes dos financiamentos aos beneficiários finais, oriundos de contratos de repasse, que, por sua vez, constitui a contrapartida/garantia de pagamento dos respectivos saldos residuais dos

contratos de empréstimos firmados com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, administrados pela Caixa Econômica Federal.

11.2 DO CONTROLE OPERACIONAL NA COHAB/PA

A Carteira Imobiliária da Companhia possui 10.153 contratos com cobertura do FCVS, em 31 de dezembro de 2023, registrados na Centralizadora do FCVS. Desse total, 1.009 estão homologados com ressarcimento e 9.106 sem ressarcimento e 38 não foram homologados, cujo saldo a receber foi ajustado em conformidade com as normas pertinentes.

Cabe ressaltar com relevância, um **aumento significativo nos contratos Sem Ressarcimento** de 2022 para 2023, **na ordem de 34,46%**, em razão de novas análises pela Centralizadora do FCVS, ocasionando a mudança de STATUS dos contratos e **queda substancial nos contratos com ressarcimento, diminuindo** o número de contratos em RCV para **857**.

Desses contratos, **446 estão aptos para formalização de pedido pela Companhia para futura Novação de Créditos**, no montante de **R\$ 7.521.852,36** e, 411 contratos na ordem de R\$ 5.157.683,30, não auditados pela Centralizadora do FCVS, **necessitam de auditoria pela Centralizadora do FCVS** para que possam passar ao status de auditados, a fim de serem Novados.

Dos 9.106 contratos homologados sem ressarcimento pela Centralizadora, 2.096 com Negativa Acatada, neles estão incluídos contratos com índice de multiplicidade e em relação a 5.713 com Negativa não acatada, evidenciamos que existe a possibilidade de recuperação de parte dos contratos, entretanto devido ao curto prazo para análise e a proximidade para encerramento da Novação dos Créditos é inevitável a perda em geral.

11.3 DA PROVISÃO DE PERDAS

A base utilizada para cálculo da Provisão para Perdas está em consonância com do exercício anterior, sendo utilizadas para cálculo dos índices as informações via sistema de Conectividade Social da CAIXA.

Evidenciamos abaixo os valores a receber do FCVS deduzidos da respectiva Provisão para Perdas.

Descrição	2023	2022
De Habilitações – Contr. Homologados	14.354	51.239
De Habilitações – Hom. Passíveis de Recursos.	58.900	48.960
Subtotal	73.254	100.199
(-) Provisão para Perdas.	22.897	16.900
TOTAL	50.357	83.299

12 OUTROS VALORES REALIZÁVEIS (Não Circulante)

12.1 DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 2022, o saldo de Depósitos Judiciais à Disposição do Juízo, sob aguardo de resultado positivo para Companhia, encerrou-se em R\$ 519 Mil.

No exercício de 2023, houve um acréscimo de R\$ 157 Mil bloqueados em contas, ou depositados em juízo, aguardando finalização de processos.

Destarte, trabalhos são realizados pela Área Jurídica a fim de serem sanados diversos processos, com a finalidade de reduzir cada vez mais os depósitos judiciais inerentes a Companhia.

13 INVESTIMENTOS (Não Circulante)

No curso do Ano de 2022, registrou-se a evolução de saldos, no grupo de Investimentos, com percentual equivalente a **974%** em comparativo ao ano anterior, e a sua variação se deu em decorrência da atualização de valores tendo como base, o laudo recebido da empresa JF MULTIPLOS ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - CNPJ 03.748.318/0001-43, através do Pregão Eletrônico 04/2022.

O registro incidiu sobre valores de Investimentos em ações da TIM S/A, Telebrás e da Atualização de valores da Equatorial Energia do Pará S/A.

O Saldo em 2023 permanece inalterado e sem reavaliação realizada.

14 IMOBILIZADO (Não Circulante)

Os valores do grupo de contas estão em conformidade com o Inventário realizado no exercício de 2023 pela Companhia, emitido pelo Sistema RM BONUM e razão contábil.

O valor mais expressivo corresponde a terrenos registrados no imobilizado da Companhia.

Desde o exercício de 2018 a empresa vem planejando trabalhos no sentido de promover a recuperação dos ativos em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnicos CPC nº 01/R1 aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e reforçado pela NBC TG 01/R2.

No decorrer do exercício de 2023, foram adquiridos novos Móveis e Utensílios, do montante de R\$ 219 Mil, para suprir as necessidades da Companhia.

Descrição	Taxa de Depreciação	2023	2022
Imobilizado		4.605	4.385
Máquinas, Apar. e Equipamentos de Construção.	10%	35	35
Móveis, Utensílios, Maq. e Equip de Escritório.	10%	1.015	795
Instalações de Escritório		16	16
Computadores e Periféricos	20%	1.487	1.487
Software	20%		
Edificações – Uso Administrativo e de Terceiros	4%	2.052	2.052
Terrenos		3.461	3.461
Intangível		0	0
Software	20%	0	0
Sub – Total		3.454	3.306
(-) Depreciação Acumulada		3.454	3.306
(-) Amortizações Acumulada		0	0
TOTAL		4.612	4.540

15 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER (Circulante e Não Circulante)

Em 2019, a Companhia aderiu ao parcelamento das Multas Isoladas, referente aos exercícios de 2004 e 2005 de IRPJ e CSLL que não foram negociadas nos parcelamentos realizados em 2011, o qual a Receita Federal reconheceu a dívida através de VOTO, concluindo pela impugnação improcedente da Companhia, ao qual foi parcelado após larga discussão.

Em 2021, um novo parcelamento de IRPJ e CSLL também foram realizados, desta vez através de uso de conformidade tributária, adequando a COHAB a Legislação tributária vigente, perante a Receita Federal do Brasil - RFB.

Neste novo parcelamento, os valores se referem a Estimativas Mensais de Apuração dos anos de 2016 a 2018, aos quais foram alvos de notificação da RFB, e por senso de urgência, realizou-se a organização tributária da Companhia, que resultou a débitos de Estimativas em abertos, e, após análise com a PGE, consolidou-se o parcelamento no Exercício de 2021.

Em 2023, os pagamentos foram realizados regularmente, quitando-se **25,93%** do total parcelado.

Descrição - Passivo	2023	2022
<u>Impostos a recolher</u>		
Parcelamento IRPJ (2004 e 2005/ 2016 a 2018)	2.151	5.242
Parcelamento CSLL (2004 e 2005/ 2016 a 2018)	1.043	110
Outros impostos a recolher	482	760
TOTAL	3.676	6.112
15.1 Circulante	1.940	2.918
15.2 Não Circulante	1.736	3.194

16 IRPJ E CSLL A RECOLHER (Circulante)

A Companhia encerrou o Exercício de 2023 com o IRPJ e CSLL Apurados pelo Critério de Apuração Anual de Imposto de Renda e Contribuição Social, utilizando os critérios completos da Tributação com base no Lucro Real Anual e compensado as Estimativas Mensais, de acordo com a Nota **3.8**.

17 CRÉDITOS A REPASSAR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS (Circulante)

Registram-se os créditos decorrentes de Diversos Contratos, os quais aguardam a sua finalização em conjunto com a Caixa Econômica Federal, ou de Recursos Federais para Registro de Convênios a Serem firmados com Prefeituras, conforme a Nota **7.1**, nos quais, os recursos controlam-se nos Bancos evidenciados na Nota **5**, destas Notas Explicativas.

Controlam-se, em registros contábeis, as movimentações que ocorreram nas movimentações bancárias.

18 PROVISÕES DE CONTINGÊNCIAS E OUTRAS CONTINGÊNCIAS (Circulante e Não Circulante)

A Companhia possui diversas ações judiciais nas áreas cíveis, fiscais e trabalhistas, classificadas como Processos com Perdas prováveis, possíveis e remotos, totalizando as causas, em milhares de reais, **R\$ 14.441**. Constituíram-se as contingências com observância no **CPC 25**.

A provisão, registrada no Passivo da Companhia, teve como parâmetro o total de **100%** para os processos com risco **provável**, no total de, em milhares de reais, **R\$ 5.559**, sendo registrados e classificados pelo Jurídico desta Companhia, como **Curto Prazo** apenas.

Os valores dos processos avaliados com o grau de risco de **Perda Possível**, **não foram provisionados contabilmente**, e de acordo com a devida instrução do item 10, tópico b, do CPC 25,

e correspondem, em milhares de reais, **R\$ 6.940**, sendo evidenciados nestas Notas Explicativas, conforme relatórios emitidos pela Assessoria Jurídica da COHAB/PA.

19 PROVISÕES DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

A Companhia possui em seu registro de Provisões os devidos controles de Provisões para 13º Salário, Provisão para INSS e FGTS Sobre 13º, Provisão para Férias, Provisões Diversas de Despesas de INSS e FGTS sobre Férias, mantendo assim o controle apropriado das Despesas da Companhia.

20 OUTROS VALORES EXIGÍVEIS (Circulante)

20.1 RECURSOS IPASEP

A Companhia de Habitação do Estado do Pará possui em seu Balanço Patrimonial, o valor, em milhares de reais, de R\$ 2.414, tendo em questão os valores do findado IPASEP, no qual, no decreto de sua alteração repassou a COHAB/PA os valores relativos a sua Carteira Imobiliária, e, portanto, esta Companhia mantém em seu passivo os valores que ainda se arrecada com o IPASEP, e aguardando plano de aplicação dos recursos, voltado para que seja destinados os dos recursos do IPASEP dentro da Operação diária desta Companhia.

20.2 RECURSOS DIFERIDOS

Registraram-se neste grupo de contas, as receitas diferidas recebidas da Demanda Parlamentar para atendimento do Conv. 02/2022 – SEHAB Ananindeua, evidenciadas na Nota **7.1**, utilizando-se das regras apresentadas pelo CPC 07, para que se realize o confronto com as Despesas do Convênio, anulando, desta maneira, quaisquer eventuais tributações incidentes sobre os fatos do recebimento de subvenções governamentais.

Além dos Recursos acima, realizou-se o deferimento das Receitas de Incorporação de Recursos relativos a Incorporação de Bens pela COHAB, que estão Bloqueados, e aguardando o seu desbloqueio financeiro para a baixa da Receita Diferida em questão.

21 RECEITAS DIFERIDAS (Longo Prazo)

No ano de 2022 reconheceu-se a reavaliação de atualização monetária do FCVS, no qual se diferiu a sua atualização monetária do ano em questão, com as suas devidas correções financeiras, conforme relatório do FCVS encaminhado pela Gestão de Créditos da Companhia.

Durante o Exercício de 2023, conforme identificado na Nota **11.2**, decorrente da Reavaliação dos Contratos de FCVS, demonstrando a larga perda de Créditos de FCVS para novação, realizou-se a baixa da Conta em questão para que pudesse realizar a compensação da Provisão para Perda de FCVS, conforme evidenciado na Nota **11.3**.

Além dos Recursos em questão, consta nesta conta o registro da Receita Diferida para a Gestão Imobiliária, da operação comum desta Companhia.

22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1 CAPITAL SOCIAL

O Capital Social subscrito e integralizado importa em **R\$ 89.805 Milhões**, o qual é representado por 49.514.984.482 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 0,0018 (dezoito décimos de milésimos de centavos) /unidade. O Governo do Estado é acionista majoritário com 99% das ações.

22.2 AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No ano de 2023, realizou-se o reconhecimento da Nota **11.3** no registro de Ajuste de Exercícios Anteriores devido ao fato da Perda de Créditos de FCVS disponíveis para a Novação, após análise dos Relatórios da CAIXA ECONOMICA FEDERAL com as Competências de Setembro, Novembro e Dezembro de 2023, no qual demonstram as perdas dos Créditos em questão.

A presente composição compôs o saldo Recomposto da Constituição de Perdas no qual foi dividido em saldo de exercícios anteriores, **contabilizados na Conta de Ajuste de Exercícios Anteriores**, no valor equiparado ao saldo do ano anterior da provisão, e o restante contabilizado nas Despesas da Companhia, fato que modificou a presente conta.

Cabe ressaltar de que a presente provisão, recomposta na conta de ajuste de exercícios anteriores, após análise do fechamento do balanço, entendeu-se por nula e não necessária, tendo em vista a necessidade de criar novo critério de provisão.

22.3 RESULTADOS ACUMULADOS

O registro apresentado neste grupo demonstra a questão do Resultado Acumulado dos Exercícios Anteriores, pendentes de saldos para constituição de Reservas, solicitadas em Ata de Reunião desta Companhia.

Não obstante dos fatos em questão, constam também o Resultado do Exercício de 2023, conforme evidenciado na Demonstração do Resultado do Exercício, nestas Notas Explicativas. O Resultado em questão negativo, no montante (Em milhares de Reais) de R\$ 2.897, onde o apropriou-se de forma negativa, majoritariamente, decorrente da Perda de Crédito de FCVS, com o registro de R\$ 6

milhões nas Despesas da Companhia, conforme evidenciado na Nota **11.3**, assim como na Nota **22.2**.

23 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

23.1 DESCRIÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os Registros realizados para a Evidenciação na Demonstração do Resultado do Exercício estão relacionados com os seguintes fatos contábeis para o Ano de 2023, em milhares de reais:

Recuperações Diversas	325
Provisão para Férias	(890)
Para Perdas	(5.997)
Reversão da Provisão Para Contingências	390
Perdas de Créditos de PIS e COFINS	(38)
Perdas de Créditos de IRPJ e CSLL	(472)
Total de Outras Receitas e Despesas Operacionais	(6.682)

23.2 PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

As Perdas dos Créditos Tributários Relativos ao PIS e COFINS são relativas ao Créditos não utilizados, é relativo ao Período de 2018, no qual não foi utilizado nos 05 anos necessários para prescrição, conforme Nota **8.2**.

As perdas dos Créditos Tributários Relativos a IRPJ e CSLL são relativos a Estimativas que constam em processo de parcelamento, e não podem ser realizadas as Compensações ou solicitada Restituição até a plena quitação, relativos ao período de 2017-2018, conforme Nota **8.1**.

24 RECURSOS DE SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS E DESPESAS DE UTILIZAÇÃO

24.1 SUBVENÇÕES RECEBIDAS DO ESTADO

A COHAB/PA é uma Estatal que possui elevado Grau de Dependência por parte do Governo do Estado do Pará, e de Acordo com o item 29 do CPC 07 (R1), a mesma é reconhecida dentro do Grupo de Outras Receitas Operacionais da Companhia. As Subvenções para Custeio da Companhia são confrontadas com as Despesas do Período, utilizando-se dos critérios apontados na Nota **3.9**.

24.2 DESPESAS DE PRODUÇÃO HABITACIONAL

Tendo em vista as Subvenções apontadas na Nota **23.1**, valores substanciais para concretização de despesas de Interesse do Estado, no qual compõe a sua participação das atividades, tais como

“Despesas com Habitação” e “Despesa com Projetos”, realizados durante o Ano de 2023, para empreendimento como obras do Jardim Liberdade I, II e III e Comunidade Pratinha, além da contemplação também das despesas de Auxílio Moradia e Auxílio Pecuniário.

25 RECEITAS FINANCEIRAS

Como Resultado da Novação do FCVS, apresentada na Nota **11.2**, durante o ano de 2023, registrou-se, no Resultado do Exercício, como Receitas da Atualização Monetária do FCVS recebidas no “Pós Novação de Créditos” de 2021. Com o Reconhecimento desta Receita, ocorreram as tributações e recolhimentos de Estimativas, evidenciados nas Notas **8.1** e **16**.

Luis André Henderson Guedes de Oliveira
Diretor Presidente

Érico Brandão Pimenta
Diretor Administrativo e Financeiro

André João Brandão Quaresma
Diretor de Programa Especial de Moradia

Monique Antunes da Costa
Diretora de Políticas Habitacionais

Antonio Claudio Barbosa Mutran de Carvalho
Diretor Técnico

Anderson Thalles Nunes Lima
Contador CRC/PA 020601/O-7